

1 Aos doze dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco, foi realizada na Sede do Conselho, a Reunião
2 Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM). **Presenças:** Rute Alves Ferreira, Ana
3 Carolina Caruso Cavazza, Marineide Agnelo de Oliveira, Cândida Pereira da Costa, Cleudiran Sales Dias,
4 Domingas Aparecida Cardoso de Souza Cunha, Rosana Gazzola Favaro, Juliana dos Santos Corbett,
5 Antônia Vanderlene de Sousa Morais, Luciana Prativiera Franco, Sandra Maria Menezes Ferreira Rocha,
6 Maria José da Silva Oliveira, Camilla Marcondes Massaro, Stela Cristina de Godoi, Margarida Montejano
7 da Silva e Rosângela Aparecida Lopes da Silva. **Ausência justificada:** Rosane de Arazão. **Outras**
8 **ausências:** Sônia Hipólita de Souza Sawazki, Fabiana Aparecida Ferreira, Silvana de Souza Pereira da
9 Silva, Ana Maria de Faria Sebastião, Graciana de Mendonça Silva Yamamoto, Grazielle Coutinho
10 Moreno, Roseli Araujo da Silva, Maria da Guia Moura Nobrega, Clébia Alves Campos de Oliveira, Miriam
11 Siesler Nobrega, Renata Cauzzo Zingra Mariano, Adriane Marques Fernandes, Adriana de Carvalho
12 Barão, Marlene Gonzaga dos Anjos, Elaine Cristina Borin da Silva, Daniela Cristina Ribeiro Rossan, Evanir
13 Cássia de Oliveira Firmino, Fátima Regina Oliveira Vianna, Andreia Sílvia de Freitas, Juliana Servidoni de
14 Magalhães e Lígia Cristina Teixeira de Souza Pacheco. **Outras Presenças:** Rosângela E. Rey – ex-
15 conselheira, Andrea Fogli – SMS, Christiane Pegorari – PUC Campinas, Erika Rocha de Oliveira –
16 Cepromm, Adriele Carolina da Silva – Cepromm, Daise Campos – Cepromm, Francisca Pereira dos
17 Santos – PLPs Campinas, Lais Siqueira – SESF CEI Mov. Olga Benário, Mônica Aparecida dos Santos –
18 M.M.M., Maria Célia – STU Unicamp, Maria R. Costa – STU Unicamp, Jaqueline B. Santana – CREAS,
19 Nanci M. Ferreira – Consea Sumaré, Vanessa Queiroz – Seta Norte (SESF), Sandra Ferreira – Ibecam,
20 Jaqueline Marques Azevedo – SSPCIC – Sta Bárbara D’oeste, Maria Geni de Brito – SSPCIC – Sta Bárbara
21 D’oeste, Nayara Cristina S de Carvalho – Serviço Social em Promoção de Cidadania, Vinicius Sartori dos
22 santos – Aldeias Infantis Acolhimento Institucional, Ana Julia – Jovem Aprendiz e Flávia Lopes –
23 Administrativa do CMDM. PAUTAS: **1)** Deliberação da Ata da Reunião Ordinária de 12/02/2025; **2)**
24 Palestra – Feminicídio: desafios, prevenção e respostas do Sistema Judiciário; **3)** Informes. A
25 Coordenadora Cleudiran Sales Dias iniciou a reunião dando as boas-vindas às conselheiras e convidadas
26 presentes, leu as pautas do dia e passou a palavra à conselheira Stela Cristina de Godoi, que apresentou
27 a palestrante convidada, Christiany Pegorari Conte. Christiany fez sua apresentação e, dentre os
28 destaques, abordou o histórico e a importância da **Lei Maria da Penha**, de 2006, considerada um marco
29 na proteção contra a violência doméstica e responsável por impulsionar a criação de novas legislações
30 protetivas. Ela também discorreu sobre a estrutura de atendimento à mulher, que ainda enfrenta
31 desafios, mas foi aprimorada pela referida lei. Em relação aos crimes e penalidades, destacou que a
32 legislação proíbe penas brandas, como a substituição por cestas básicas, para crimes de violência contra
33 a mulher. Além disso, definiu e contextualizou o feminicídio, tratado como a consequência mais grave
34 de uma série de violências contra a mulher, incluindo violência psicológica e patrimonial. A palestrante
35 apresentou dados recentes sobre feminicídio e medidas protetivas, enfatizando o aumento de casos e
36 a eficiência na concessão dessas medidas. Também abordou o **pacote antifeminicídio**, legislação de
37 2024 que criou o crime autônomo de feminicídio, estabelecendo penas mais severas e promovendo
38 alterações em outros crimes relacionados à violência doméstica. Outro ponto abordado foi a atuação
39 do **Conselho Nacional de Justiça – CNJ**, que tem implementado medidas para aprimorar a aplicação da
40 legislação, incluindo o uso de inteligência artificial na análise de processos. Além disso, ressaltou a
41 necessidade de formação contínua para juízes e a importância da análise das questões de gênero nos
42 julgamentos. Por fim, enfatizou que a legislação, por si só, não é suficiente. Destacou a necessidade de
43 investimentos em políticas públicas e estruturas de apoio, reconhecendo as dificuldades enfrentadas
44 em diferentes regiões do Brasil, devida às variações culturais e estruturais. Christiany encerrou sua
45 apresentação sob os agradecimentos de todas as pessoas presentes, agradeceu o convite e se colocou
46 à disposição para quaisquer dúvidas. Além disso, disponibilizou o material e seu contato para eventuais
47 esclarecimentos. A coordenadora Cleo agradeceu a presença dos convidados e informou que, para este
48 ano, estão previstas a Conferência de Políticas Públicas para as Mulheres e a eleição do Conselho
49 Municipal, destacando a importância da participação de todos, ressaltando a necessidade de
50 engajamento na renovação do conselho e reforçando que a atuação vai além das leis, sendo essencial
51 colocar a legislação em prática, entender onde cada um pode contribuir para melhorar os índices locais

52 e trazer mais mulheres para esses espaços de debate e ação, promovendo discussões contínuas sobre
53 políticas públicas que impactam suas vidas, além de envolver toda a sociedade nessa luta por igualdade
54 e direitos. Em seguida, a coordenadora Ana Carolina Caruso Cavazza propôs a deliberação da ata da
55 reunião de 12 de fevereiro de 2025, previamente enviada por e-mail às conselheiras e, não havendo
56 manifestações de acréscimo, objeção ou alteração, a ata foi **APROVADA**. Na sequência, passaram aos
57 informes. Carol informou que as reuniões da comissão de conferência serão realizadas **todas as**
58 **quartas-feiras pela manhã**, semanalmente, para atender às demandas e mencionou que o lançamento
59 da Conferência Nacional estava inicialmente previsto para o dia 7, foi adiada, portanto ainda não
60 recebemos documento orientador, porém continuamos com a organização do evento municipal para o
61 último final de semana de junho. Em relação ao espaço para o evento, foram enviados ofícios para a
62 **PUCC** e para o **Mackenzie**, além de um pedido anterior ao **Bentinho**, que só teve disponibilidade do
63 auditório. A **PUCC Campus II confirmou a disponibilidade**, porém com restrições de horário: na **sexta-**
64 **feira, até as 22h30** e, no **sábado, até as 16h30**. A coordenadora Grazielle, ausente nesta reunião,
65 informou previamente que o Sesi não possui disponibilidade de agenda para ceder o espaço para a
66 conferência do CMDM. A coordenadora Cleo informou que está previsto solicitação de ônibus e passes
67 para transporte, alimentação, material gráfico, divulgação no site do conselho, porém a assessoria
68 técnica consumiria quase 50% do recurso das emendas de 105 mil reais. Sobre o horário da
69 Conferência, após ponderações das conselheiras, concluiu-se que o tempo disponível é suficiente para
70 a sua realização, desde que haja organização para evitar atrasos, adoção de estratégias objetivas e uma
71 metodologia ágil que contemple todos os pontos necessários com disciplina. Além disso, após as
72 devidas considerações, o colegiado deliberou que, caso não haja resposta do Mackenzie, a Conferência
73 será realizada na PUCC, que já cedeu o espaço. Após o lançamento da etapa nacional, previsto para 17
74 de março, a coordenadora Carol sugeriu que o CMDM também realizasse o lançamento da conferência
75 municipal logo em seguida, no início de abril com convidadas para palestrar. Além disso, a
76 coordenadora Cleo informou que, para o envio de um ofício único de solicitação geral, é necessário
77 definir previamente os locais das etapas descentralizadas, que deverão ocorrer entre 15 de maio e 15
78 de junho. Cada conselheira ficou responsável por verificar os espaços disponíveis em suas respectivas
79 regiões. Em seguida, após as devidas considerações, as conselheiras deliberaram sobre a escolha da
80 frase a ser enviada no ofício de solicitação de apoio no combate à violência contra a mulher, divulgando
81 a seguinte mensagem nas contas de consumo e holerites da SANASA, CPFL e Neoenergia: **“Violência**
82 **contra a mulher é crime. Denúnciem. Disque 180.”** A conselheira Sandra informou sobre a situação de
83 uma servidora da educação que está sofrendo violência doméstica. Diante disso, Cleo solicitou que ela
84 verifique quais providências o sindicato pretende tomar em relação ao caso. Além disso, foi destacado
85 a importância de coordenar com o sindicato a divulgação de informações sobre a nova legislação de
86 proteção à mulher e acompanhar as medidas adotadas para amparar a servidora. A conselheira Rosana
87 trouxe os seguintes informes: no coletivo de mulheres do sindicato, será realizada uma roda de
88 conversa no dia 28 de março às 10h, e, neste mês, serão publicados o *Jornal da Mulher* e um boletim
89 exclusivo sobre violência doméstica. A conselheira Maria José da Silva Oliveira informou que, no dia 14
90 de março, às 17h, no SINCONED, serão realizadas atividades para mulheres, incluindo palestras, música
91 e massagem. A conselheira Camilla Marcondes Massaro compartilhou no grupo de *whatsapp* um
92 convite para uma atividade da OAB voltada para mulheres, organizada por Christiane Pegorari, e uma
93 cartilha sobre violência contra a mulher. A coordenadora Cleo sugeriu que, para a próxima reunião
94 ordinária, a conselheira Margarida Montejano da Silva trouxesse a atividade de formação ampliada
95 sobre misoginia, do projeto Bem Me Quero, o que foi aprovado pelas presentes. Feito todas as
96 discussões e considerações finais referentes aos assuntos que foram tratados nesta reunião, encerrou-
97 se a mesma e eu, Flávia Gianoni Lopes, lavrei a presente ata.